

## **Paisagem Ameríndia e os povos indígenas: vestígios de uma civilização paisageira no Brasil**

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL  
DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM  
CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

João Gabriel Evaristo Rios/Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Laboratório da Paisagem. Pesquisador Pibic/joao.grios@ufpe.br  
Daniela Vieira Francelino/Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Laboratório da Paisagem. Pesquisadora Pibic/daniela.vieiraf@ufpe.br  
Lúcia Veras/Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Laboratório da Paisagem/lucia.veras@ufpe.br

### **RESUMO**

Seria o Brasil, parte da América, uma civilização intrinsecamente ligada à paisagem, considerando-se os quatro critérios definidos por Augustin Berque – *palavra, literatura, pintura e jardim*? Este artigo explora essa discussão, ampliando aos quatro critérios o entendimento da cosmovisão e visão de sacralidade, que identificam o que podemos chamar de “Paisagem Ameríndia”. Retornamos assim ao que caracteriza nossa paisagem mais pretérita, a dos ancestrais povos indígenas brasileiros, cujos vestígios de um passado distante, são registros de uma forma de viver, de se relacionar com a natureza e construir paisagens, mantidos em seu deslocamento no presente. Na busca exploratória desse entendimento, tomando-se como referência teóricos como Augustin Berque, Viveiros de Castro, Claude Lévi-Strauss, Carneiro da Cunha e Ailton Krenak, entre outros, parte-se para uma pesquisa documental, onde foram mapeadas as 40 Revistas do Patrimônio do Iphan (1937-2019) e identificadas 28 edições que tratam de questões indígenas no Brasil, das quais 18 foram analisadas pelos critérios de Berque, confirmando o início do processo de compreensão dos vestígios reveladores de uma Paisagem Ameríndia.

**PALAVRAS-CHAVES:** civilização paisageira, paisagem, paisagem ameríndia, povos indígenas.

### **ABSTRACT**

Would Brazil, part of America, be a civilization intrinsically linked to the landscape, considering the four criteria defined by Augustin Berque – word, literature, painting and garden? This paper explores this discussion, expanding the understanding of the worldview and vision of sacredness, which identify what we can call “Amerindian Landscape”, to four criteria. We thus return to what characterizes our most ancient landscape, that of the ancestral Brazilian indigenous peoples, whose traces of a distant past are records of a way of living, of relating to nature and building landscapes, maintained in their displacement in the present. In the exploratory search for this understanding, taking as a reference theorists such as Augustin Berque, Viveiros de Castro, Claude Lévi-Strauss, Carneiro da Cunha and Ailton Krenak, among others, we embark on documentary research, where the 40 Magazines of the Iphan Heritage (1937-2019) and identified 28 editions that deal with indigenous issues in Brazil, of which 18 were analyzed using Berque's criteria, confirming the beginning of the process of understanding the revealing traces of an Amerindian Landscape.

**KEYWORDS:** landscape civilization, landscape, amerindian landscape, indigenous

## **1 INTRODUÇÃO**

As clássicas abordagens teóricas no campo da paisagem, em geral a associam conceitualmente a natureza e a arte. Essa conexão não é mera coincidência, mas se pode compreender como



ponto de partida e de chegada do pensamento paisagístico. Na sua origem, a dicotomia entre razão e emoção, percepção e experimentação, assim como a necessidade de se afastar para se aproximar, levou os pintores do Renascimento europeu do século XVI e pintores e poetas da China do século IV a conceberem conscientemente a paisagem, representando aquilo que percebiam da natureza através da expressão artística (Veras, 2014). Berque (1994, 2009) identifica a existência de uma ou mais (i) *palavras* como um dos quatro critérios que distinguem uma civilização paisageira de uma não paisageira, juntamente com a representação da paisagem na (ii) *literatura* e na (iii) *pintura* e pela presença de (iv) *jardins* de contemplação e lazer.

As reflexões sobre o conceito de paisagem, embora não tenham inicialmente surgido como resposta à eminente necessidade de criar instrumentos legais para o planejamento, conservação e gestão das paisagens, acabaram influenciando a construção desses instrumentos, com destaque para a Convenção Europeia da Paisagem (2000) como marco orientador. A partir desse documento, começaram a ser construídas, Cartas de Paisagem na Europa, visando introduzir a preocupação com a paisagem nas políticas públicas de diferentes países. Essas reflexões teóricas também culminaram na elaboração de cartas de paisagem de outros continentes, como a Carta da Paisagem das Américas, publicada em 2018 (Veras, 2021). Aqui, para além das questões do ponto de vista do ordenamento, da proteção e da gestão de paisagens, foi introduzida a preocupação com o desenho de novas paisagens e exploradas as singularidades do continente americano, extrapolando uma visão eurocêntrica.

A Carta da Paisagem das Américas aparece, sobretudo, como instrumento norteador para pensar, projetar, conservar e gerir novas paisagens no continente americano, alinhada às legislações internacionais<sup>1</sup>. Criada com essas inquietações, define cinco princípios norteadores: (i) a compreensão de que somos parte de um todo vivo e que nos cabe conservá-lo; (ii) a preocupação com a recuperação da cosmovisão e da visão de sacralidade, herança da nossa ancestralidade; (iii) a consideração das singularidades do território para diminuir as desigualdades sociais com foco nas cidades; (iv) a retomada da ética ambiental compreendida em sua relação com a estética e (v) o (re)descobrimto das raízes da americanidade como condição de futuro (Carta da Paisagem das Américas, 2018; Veras, 2021). Aqui permeia o entendimento de “natureza”, desde o “compreender-se como parte de um todo vivo”, à recuperação do sentido ancestral dos povos originários com a natureza, passando pela singularidade dos territórios expressos nos palimpsestos da cultura urbana; pelo reconhecimento da relação entre estética e ética ambiental e que o somatório desses princípios se dirige ao resgate e consolidação da americanidade como identidade necessária para se pensar e planejar o futuro. Esta abordagem dá destaque à natureza intrínseca e extrínseca dos lugares, à sustentabilidade da relação entre ética ambiental e estética, bem como à nossa conexão primordial com os povos ancestrais das Américas. Dentro desses grupos, a cosmovisão carrega testemunhos que evidenciam a singularidade do que chamamos de "Paisagem Ameríndia".

---

<sup>1</sup> Ao ter a Carta da Paisagem das Américas como principal referência, aponta-se alternativas de reflexão que se distanciam do conceito de excepcionalidade atrelado ao que se denomina de “Paisagem Cultural”, abordagem consolidada pela Unesco, considerando-se o entendimento da geografia tradicional de que “a paisagem cultural é toda e qualquer paisagem alterada pelo homem” (Ribeiro, 2007, p. 52). Admite-se assim “um olhar mais largo por não adotar a *paisagem cultural* como foco, mas a *paisagem* como produto cultural em sentido lato” (Veras, 2014, p. 133), tal como sugere a Convenção Europeia da Paisagem (2000).



O aprofundamento nas questões históricas e antropológicas voltadas à América, traz para este artigo, também, autores como Dussel (1973) e Christlieb e Zambrano (2006), e em outra escala, com olhar sobre o Brasil como parte das Américas, autores como Gastão Cruls (1942), Curt Nimuendaju (1944), Lévi-Strauss (1996), Viveiros de Castro (1997), Carneiro da Cunha (1992), Navarro (2013), Kopenawa e Albert (2015) e Krenak (2019), além do reconhecimento da cultura ameríndia como patrimônio, nos instrumentos do Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São os instrumentos do Iphan e suas 40 Revistas do Patrimônio que nos aproximam de um olhar sistematizado sobre o Brasil enquanto “Paisagem Ameríndia”, materializados nas Revistas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sendo, portanto, consideradas pontos de partida e matéria prima deste artigo.

O exercício de leitura dessas Revistas tentou responder, inicialmente, às questões-chave colocadas pela pesquisa: quais dos “critérios” propostos por Augustin Berque podem ser identificados nas paisagens brasileiras como parte das Américas? Será que a América e em particular, o Brasil, se caracteriza como uma “civilização paisageira”? Que outros critérios responderiam às idiossincrasias do Brasil não contempladas por Berque?

O resultado desse desafio que põe a paisagem dos povos indígenas brasileiros como corpo de prova, é explorado nos “Quatro Critérios” que permearam a análise de 18 das 28 Revistas do Patrimônio desse estudo, procurando-se identificar nesse cruzamento: (i) A paisagem na **palavra** dos povos indígenas; (ii) a paisagem na **literatura** dos mitos indígenas; (iii) A paisagem na **arte e pintura** indígena e (iv) a paisagem como **aldeias e jardins** indígenas. É a aplicação desses critérios sobre os instrumentos do Iphan que desencadeia a reflexão que conduz a pesquisa.

## 2 A paisagem na **palavra** dos povos indígenas

A investigação se inicia pelo primeiro dos critérios de Berque: (i) possuir uma ou mais palavras que identifiquem uma compreensão de paisagem. Nessa busca não foi possível identificar uma palavra específica para o entendimento de paisagem, como aponta Berque (1994) para a China no século IV, que traz a palavra *Sanshui* como sinônimo de paisagem, traduzida para junção de montanha e água, ou como ocorre no Novo Mundo, nas antigas civilizações no México, quando a palavra *Altepetl* na língua *náhuatl*, também significava a junção de montanha e água, terra e solo (García e Zambrano, 2006).

No caso do Brasil, cabe destacar nessa questão a dificuldade de identificar a filiação linguística de alguns povos, dado a miscigenação de diferentes grupos étnicos nos processos migratórios que se deram pelas ofensivas missionárias, durante todo o processo de colonização, como já destacava o antropólogo Estevão Pinto (1895-1968) em 1938 na 2ª edição da Revista do Patrimônio (Iphan). Apenas palavras como “Ikre” ou “Ikre-kuni” que significam casa e coberta, respectivamente, encontradas no artigo “A Habitação Timbira” (Iphan, 1944) escrito por Curt Nimuendaju (1883-1945), descreve detalhadamente as aldeias.

Neste caso, em específico, por mais que ‘casa’ e ‘coberta’ possam ter um significado como algo que faz parte e compõe uma paisagem apropriada, esse entendimento não foi incorporado a outros elementos que pudessem nos revelar a noção de paisagem, desta “casa com coberta” inserida no território, por exemplo. Sendo assim, o resultado encontrado para esse critério não foi o esperado, porém, vale ressaltar que a busca por palavras que revelem tal entendimento limitou-se inicialmente às 18 Revistas do Patrimônio do Iphan, e que nenhum dos artigos estudados tem como foco a língua dos povos indígenas mencionados, sendo necessário uma



busca mais ampla em outras bases documentais que explorem o estudo da língua, como faz o autor Eduardo Navarro (2013) com sua pesquisa sobre o Tupi antigo.

### 3 A paisagem na literatura dos mitos indígenas

Após a análise da questão linguística na perspectiva mais singular do significado das palavras em si, voltamos o olhar para uma visão mais ampliada do seu uso na literatura, explorando o segundo critério de Berque, que se refere a (ii) expressar a existência de uma *literatura* que registre a beleza dos lugares. Diferentemente do que ocorreu com a busca no primeiro critério, aqui encontramos uma quantidade significativa de material produzido pelos próprios povos indígenas que permitiu uma análise mais aprofundada das representações literárias, por meio de mitos ou de contos publicados pelos etnógrafos ou por outros estudiosos que tiveram contato com a fonte primária dessa produção – os povos indígenas.

É na 21ª edição da Revista do Patrimônio (1986) que encontramos o artigo classificado como “Documento”, com a introdução denominada “A redescoberta do etnólogo teuto-brasileiro”, escrita por Viveiros de Castro. Castro publica um compilado de 104 mitos inéditos, em 1986, de diferentes etnias com quem Curt Nimuendaju (1883-1945), – segundo Viveiros de Castro, um dos nomes mais importantes da etnografia indígena brasileira –, teve contato durante sua vivência em aldeias indígenas, até sua morte, na aldeia Tikuna do Alto Solimões.

A forma como os mitos são apresentados nas Revistas do Patrimônio, revelam a existência de uma divisão étnica entre os conjuntos de mitos, sendo eles distintos por pertencerem a diferentes povos indígenas mesmo que trazendo histórias que podem ser entendidas como similares, como ilustra o “ÍNDICE” da Edição Nº 21, aqui reproduzido na Figura 1 a seguir.

Figura 1: índice feito por Viveiros de Castro para publicação dos mitos de Curt Nimuendaju.

CURT NIMUENDAJU: 104 MITOS INDÍGENAS NUNCA PUBLICADOS			
ÍNDICE			
Índios da exaldeia de Santa Rosa			
Os gêmeos	71	A mulher e o tapir	85
O fim do mundo	72	O homem-tapir	85
A cabeça sem corpo	72	O homem-tucunari	86
Perna de lança	72	<b>Kaingang</b>	
A cerimônia da juera	73	A origem dos Kaingang	86
<b>Kayapó (Horda Iriamriyve)</b>	73	A criação dos animais	87
Como descobriam os Kayapó	74	A origem dos nomes de pessoas	87
A origem dos Gorotire	74	As almas de defuntos	88
A guerra contra os Gorotire	74	O dilúvio	88
A campanha de Nokára	74	<b>Kumba</b>	
Tribos lendárias:		A lua	89
1. Os Kubé-nyep	76	<b>Palikur</b>	
2. Os Kubé-sop	76	A origem do clã Kanobó-yúne	90
3. Os Kubé-pári-kam-é	76	A origem dos Galibí	90
4. Os Kubé-annét	77	<b>Botocudos</b>	
Os dois vaxaná	77	Tribos lendárias:	
<b>Karakí, o vaxaná</b>	78	1. Os Tombrek	91
A seca (I)	79	2. Os Poyekrén	91
A seca (II)	79	Os espíritos <i>Mavér</i>	91
A vida do Sol (Gorotire)	79	A força mágica	92
O Trovão	80	Transformações	92
O filho do Trovão	80	A ressurreição de um cadáver	93
O dilúvio	80	Ressurreição de um morto	93
O arco-íris	80	As almas	93
O bólido	80	Os fantasmas	93
Constelações	81	A mulher que se transformou em onça	94
A descida do céu	81	Sol, lua, eclipses, noite	95
A origem da tribo Kayapó	81	A origem da trovoadá	95
A dispersão dos povos	81	A água	95
A Moça da Estrela e a Moça da Lagarta	81	A aquisição do fogo	95
A leveza do milho	82	Contos de animais e de caçadores:	
A aquisição do fogo	82	1. Arara e morcego	96
Perna de lança	83	2. Arara e urubus	96
O menino e o jacaré	83	3. Origem da hostilidade entre os animais	96
Anmekapén	84	4. Os homens-guaribas	96
Akrét e Kenkuri: o garifo grande	84	5. O macaco vingativo	96
Nyire	85	6. Katnap morto pela onça	96
Onça, sapo e tamanháú misla	85	7. Como Bertó matou a onça	96
A mãe das cobras	85	8. Outra história de onça	97
		9. Mais uma história de onça	97
		<b>Mabikari</b>	
		Sol e Lua (Fragmento)	97
		<b>Kamaká</b>	
		Sol e Lua:	
		1. Os préis e os caratingas	98
		2. A enchente	98
		3. O enfeite do pica-pau	98
		4. O roubo das flechas	98
		5. Lua na caverna	99
		Eclipses e incêndio mundial	99
		A moça-estrela	99
		O Trovão	100
		Kelaskweyóí	100
		A origem das mulheres	100
		O homem que queria morrer	101
		Wadyé	101
		A mulher que ressuscitou como onça	102
		A festa das almas de defuntos	102
		O Sagu	102
		O Pica-pau e as Kanondánuí	103
		O herói Koró	103
		O jaguar na festa dos índios	104
		A mulher e o casal de jaguares	104
		A onça teimosa	105
		O homem entre as antas	105
		A batalha das aves	106
		Os irmãos encantados	106
		O viajante	106
		A mulher-anta	107
		Os pigmeus	107
		Lutas com os Patakó	107
		<b>Mura</b>	
		Constelações	108
		O arco-íris	108
		O dilúvio	108
		O incêndio universal	109
		A flauta dos porcos-do-mato	109





Fonte: Iphan, 1986.

Na abertura de cada um dos povos indígenas, há uma descrição histórica sobre o surgimento do grupo, sobre a geografia do lugar, sobre como se assentaram e de onde vieram, sobre seus costumes, variando na descrição dos detalhes e encerrando com a língua específica. Em seguida, o autor entra nos mitos, que por sua vez, trazem descrição da cultura, dos costumes, e um pouco da cosmovisão que cada etnia carrega consigo, sempre com explícitas referências a relação desses povos com a natureza, em um processo de apropriação que podemos entender como relevadora de um entendimento de paisagem. É, por exemplo no conjunto de mitos do povo indígena da ex-aldeia de Santa Rosa, intitulado “A cerimônia de Jurema” (Iphan, 1986, p. 73), que encontramos o relato registrado por Nimuendaju:

A Jurema mostra o mundo inteiro a quem a bebe: vê-se o céu aberto, cujo fundo é inteiramente vermelho; vê-se a morada luminosa de Deus; vê-se o campo de flores onde habitam as almas dos índios mortos, separadas das almas dos outros. [...] Ao fundo vê-se uma serra azul. [...] À sua entrada estão os rochedos que se entrecocam, esmagando as almas dos maus quando estas querem passar entre eles [...] (Iphan, 1986, p.73.).

Fazendo uma breve análise sobre o relato que registra o etnólogo, pode-se encontrar de maneira bastante explícita uma descrição de paisagem com diversos elementos de composição, sendo eles: o campo de flores onde seria uma espécie de “cemitério” de almas destinado apenas a almas de indígenas que foram mortos; uma serra azul que segundo a descrição se percebe como pano de fundo, uma entrada com rochedos que se comportam como um portal onde as almas dos maus não passariam. Todas os trechos destacados relevam uma descrição de paisagem, mesmo que irreal, mas que está presente no imaginário indígena, nesse caso dos “índios da ex-aldeia de Santa Rosa” como descreve Nimuendaju e que nos permitirá retornar para explorar as possibilidades de interpretação e cruzamentos que esse artigo está apontando.

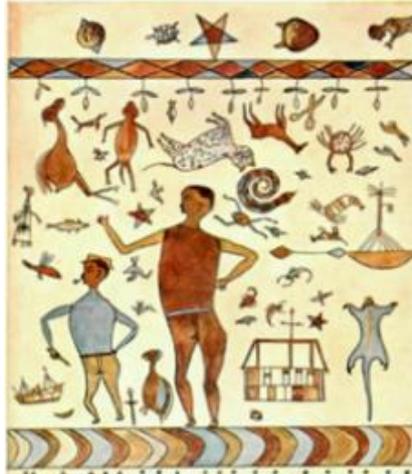
#### **4 A paisagem na arte e pintura indígena**

Nas Revistas do Patrimônio, este é o critério com maior riqueza representativa e vasto material ligado à composição de paisagem a partir da arte e da pintura, que corresponde ao terceiro critério de Berque (iii) a apreensão de paisagem pela *pintura* como manifestação artística. Já na primeira revista, em 1937, podemos ver a significativa representação artística, quando Roquette Pinto cita o processo de estilização na arte e traz o povo Aueto do Xingu como exemplo de representação simbólica não estilizada, mesmo que de maneira superficial.

Ao continuar o processo de busca por sinais que expressem uma civilização paisageira através da arte, encontramos na Revista N° 5, de 1941, o artigo “Decoração das malocas indígenas” escrito por Gastão Cruls, onde o autor faz um levantamento dos elementos que compõem a decoração da habitação indígena, citando bancos em formato animalesco, composição de cores e formas utilizadas na elaboração de murais e painéis que estão presentes no interior dessas malocas, como mostra a Figura 2, com uma pintura representada em um só plano, mas onde podemos ver a presença de animais, casas e flores.



Figura 2: Mural feito pelo povo Tucano.



Fonte: Iphan, 1941, p. 159.

Após fazermos um salto de 60 anos entre as publicações, encontramos na Revista N°29, publicada em 2001, o primeiro artigo que trata exclusivamente das questões voltadas à arte indígena, intitulado “As artes indígenas e seus múltiplos mundos” escrito por Lux Vidal. Este artigo, dividido em capítulos, explora a arte indígena e suas representações, discorrendo-se sobre suas especificidades. No primeiro capítulo, "A arte: Um conceito", Vidal destaca a singularidade do fazer artístico indígena, fundamentado em parâmetros conceituais e físicos distintos do mundo ocidental. Trazendo Lévi-Strauss como referência, reitera que a arte indígena é o meio significativo que tem como principal fonte de inspiração a natureza, sendo essa arte um sistema de signos ricos em tradição, cultura e estabilidade que contribuem para uma comunicação assim como a linguagem. É em uma das representações trazidas por essa edição, apresentada na Figura 3, que encontramos uma característica que vai além dos critérios de Berque que tentamos explorar nesta pesquisa, associado ao entendimento da cosmovisão e visão de sacralidade, como um dos Princípios da Carta da Paisagem das Américas (2018).

Figura 3: Registro de Lux Vidal do grupo Kayapó Xikrin



Fonte: Iphan, 2001, p.17.

É no segundo capítulo do artigo de Vidal, onde o autor destaca que a inspiração da arte indígena está na ligação com o sobrenatural através dos xamãs, ressaltando essa conexão como a central diferenciação da arte indígena, além de mencionar a semelhança com a visão perspectivista e o foco do olhar no outro. A figura 3, mostrando o grupo Kayapó Xikrin, traz a representação de um povo, que segundo ele “se consideram aves, profundamente insatisfeitas com a sua condição apenas terrestre, impossibilitadas de usufruir de uma visão panorâmica – entenda-se



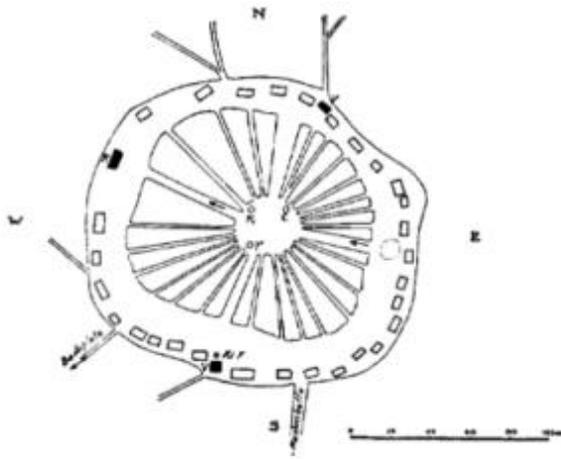
estética – do mundo e das suas belas aldeias circulares” (Iphan, 2001, p. 17). Ao analisar tal registro, podemos entender que Os Kayapós Xikrins não só criam paisagem, não só reproduzem paisagens, mas se mesclam, como homens-paisagem.

## 5 A paisagem como aldeias e jardins

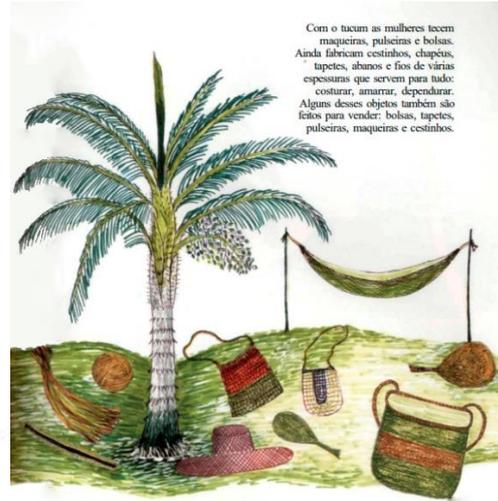
Na busca por comprovar a existência do critério (iv) a identificação de manipulações ordenadas da natureza sob a forma de *jardins de contemplação*, colocado por Berque, constatamos antes, a necessidade de compreender as formas de ocupação do território dos povos indígenas trazidas pelo Iphan, já que, durante a imersão documental da pesquisa, foi percebido que o ordenamento, a inserção e o modo de ocupar determinados territórios de alguns dos povos estudados, poderiam se configurar como ordenamento da natureza para organização de suas moradas e conseqüentemente, de suas paisagens. No caso dos indígenas, é provável que se possa considerar que a contemplação da natureza não se dá apenas no momento de se construir um “jardim para a contemplação”, posto que a relação com a natureza é, por se só, um ato de contemplação inerente a esses povos. Suas habitações entrelaçadas aos ambientes, podem ser entendidos, assim, como jardins indígenas.

Essa reflexão é reforçada a partir de trecho do texto de Curt Nimuendaju, quando em seu artigo “A habitação dos Timbira” presente na RP N° 5, publicada em 1944, faz uma descrição sobre ordenamento em círculo no qual se encontravam os Timbira, e em como essa organização servia como forma de resistência social, cultural e ancestral das aldeias frente às ofensivas missionárias da época. Com croqui feito anos depois por Claude Lévi-Strauss, e republicado em 1986 por Viveiros de Castro na RP N° 26, a planta de implantação da aldeia do Ponto dos Ramkokamekrá, como mostra a Figura 4, é resultado de condições que Nimuendaju coloca como esboço das ideias para que os Timbira venham a desenvolver sua aldeia, ganhando destaque aqui os caminhos de acesso ao pátio central que eram sempre limpos, em forma de uma clareira. Os “triângulos” que convergiam para a clareira central, eram espaços onde o capim crescia de maneira livre e a presença de uma Sucupira pontuava o pátio central “por ter esta árvore um certo valor estimativo” (Iphan, 1944, p.78). Na Figura 5, ao se explicar como são tecidos produtos do cotidiano pelas mulheres indígenas, uma rede de tucum é colocada provavelmente como um “mobiliário” de jardim que permite o descanso e a apreciação da natureza.

Figuras 4 e 5: Croqui da planta de implantação da aldeia do Ponto, feita por Lévi-Strauss após estudos de Curt Nimuendaju, republicado pelo Iphan e utilização de tucum na fabricação de objetos do cotidiano como a rede de descanso para apreciação da natureza.



Aldeia circular dos Ramikokamekra.



Fonte: Iphan, 1997, p. 247 e Gruber, 1997, p. 75.

Quando estabelecido que as formas de manifestação de rituais – sejam eles de iniciação para uma etapa da vida ou religioso –, fazem parte da configuração que caracteriza um povo, uma das maneiras de evidenciar essa manifestação é pelas vestimentas. As vestimentas estão associadas, inclusive, aos rituais e execução de danças ou outro tipo de atividade que precise de uma organização espacial prévia para que possam ser executadas, como áreas de clareira de pátios centrais, estando a dança, intimamente associada ao espaço, como parte da paisagem. A exemplo dessa prática podemos destacar o ritual dos praiás-dançarinos vestidos com roupas feitas da palha de Ouricuri (Figura 6) com primeiro registro em 1938, na RP N° 2, no artigo de Estevão Pinto, onde ele apresenta os aspectos culturais do povo Pankararu em Pernambuco e que reaparece em 1999, na RP de N° 28 no artigo de Wallace de Deus Barbosa, na descrição sobre o processo de resgate da antiga cosmovisão indígena no Nordeste, apresentada no ritual dos praiás do povo Kambiwá.

Figura 6: Representação do ritual dos praiás do povo Pankararu em Pernambuco.



Fonte: Iphan, 1938, p.71 e 1999, p.203.

Esse ritual permite que seus integrantes se organizem numa composição como um todo, exemplificada na Figura 5, quando se pode compreender estas vestimentas e o conjunto da



série, como corpos-paisagem compondo lugares ordenados com a natureza sob a forma de jardins, não de contemplação, mas de vivências cotidianas. São outras formas de compreensão que precisam ser exploradas, extrapolando o que diz Berque para revelar um olhar especial sobre aquilo que buscamos entender como Paisagem Ameríndia.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa que gerou esse artigo, tem se mostrado de grande importância para a comunidade acadêmica pelo foco inusitado sobre o estudo da paisagem, na sua dimensão histórica e patrimonial, pois traz à luz um olhar inédito sobre um entendimento de paisagem a partir dos povos indígenas no Brasil, com rico universo a ser explorado. A análise de conteúdo aplicada aos textos do Iphan, foram respaldadas pelas leituras teóricas que nos ajudaram a compreender a paisagem por quatro núcleos de sentido: o da palavra dos povos indígenas, o da literatura dos mitos indígenas, o da arte revelado pela pintura indígena e por fim, o entendimento de aldeias e jardins como paisagem indígena. Assim, começamos a responder às questões levantadas ao longo deste estudo a partir dos critérios estabelecidos por Augustin Berque e sua perspectiva sobre civilizações paisageiras. Estamos em processo e o desenvolvimento da pesquisa poderá fornecer outras respostas. Entendemos que o Brasil ameríndio é uma fonte inegável de rica contribuição para o estudo da paisagem e que tem ligações diretas com os pressupostos da Carta da Paisagem das Américas (2018), em seu segundo Princípio, quando a cosmovisão e a visão de sacralidade dos povos ancestrais americanos, são entendidas como o quinto critério além dos quatro definidos por Berque. Há muito a se explorar.

Por fim ressaltamos que, mesmo que em um dos critérios de Berque não se tenha, nesse momento, sido absolutamente constatado o reconhecimento da “civilização paisageira” pelas condições estabelecidas, podemos afirmar que a peculiaridade da civilização indígena no Brasil nos aponta que é possível, de fato, associá-la ao que Berque chamou de “civilização paisageira”, com a especificidade de acrescentar à complexidade dos critérios ocidentais pré-definidos, a cosmovisão ameríndia, de um olhar para um continente ainda não contemplado por Berque. Não poderia ser considerada como o quinto critério para se entender as Américas? Isso nos faz concluir nesse primeiro ano de trabalho, a importância da continuação dessa pesquisa que, atrelada a uma pesquisa guarda-chuva sobre paisagem das Américas<sup>2</sup>, nos revela até o presente momento, que podemos considerar, provisoriamente, o olhar para o Brasil dos povos originários como um dos caminhos para se compreender mais profundamente a paisagem das Américas e conduzir o seu futuro respeitando-se os valores e idiosincrasias que lhe identificam.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPQ e à Pró-reitoria em Pesquisa e Inovação – PROPESQUI pela concessão de Bolsas de Iniciação Científica, atreladas à pesquisa guarda-chuva “América, uma civilização paisageira: identificação de paisagens-postais para sua conservação”, à qual este trabalho se vincula.

---

<sup>2</sup> Esta pesquisa de PIBIC está atrelada à pesquisa guarda-chuva denominada “América, uma civilização paisageira: identificação de paisagens-postais para sua conservação”, do Grupo de Pesquisa Pensar Paisagem do CNPq, desenvolvida no Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco.

## REFERÊNCIAS

BERQUE, A. Paysage, milieu, histoire. In: BERQUE, Augustin (Dir.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel: éditions du Champ Vallon, 1994. p.11-29.

\_\_\_\_\_. **El pensamiento paisajero**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2009.

\_\_\_\_\_. Território e pessoa: a identidade humana. **Desigualdades & Diversidade**: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n.6, p. 11-23, jan.-jul. 2010. Disponível em: [http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/rev6\\_DD\\_01.pdf](http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/rev6_DD_01.pdf). Acesso em: 25 jan. 2023.

CARTA DA PAISAGEM DAS AMÉRICAS. México, IFLA Região Américas, 2018.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; FAPESP, 1992.

CHRISTLIEB, F. F.; ZAMBRANO, A. J. G. (Coords.). **Territorialidad y paisaje en el altepetl del siglo, XVI**. México: FCE, Instituto de Geografía, UNAM, 2006.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. Decreto n. 4/2005. Florença, 20 out. 2000.

DUSSEL, E.D. **América Latina**: dependencia y liberación. Buenos Ayres: Fernando García Cambeiro, 1973.

GRUBER, Jussara Gomes (Org.). **O livro das árvores**. Benjamim Constant: Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues, 1997. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/TCL00018.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (I). Estatuto da Fundação Nacional Pró-Memória. 1979. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84396-16-janeiro-1980-433832-estatuto-pe>.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NAVARRO, E. **Tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

VERAS, L. M. S. C. Carta da Paisagem das Américas: um olhar sobre sua construção e desafios. **Revista Brasileira de Geografia Física**. v.14, n.01 (2021) 455-478.



VERAS, L. M. S. C. **Paisagem-postal:** a imagem e a palavra na construção de um Recife urbano. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.